

Assessores consideram artigo irresponsável

Brasília — Leitor assíduo do semanário *The Economist*, um dos mais íntimos colaboradores do Presidente José Sarney, perplexo com o artigo sobre a economia brasileira, disse que “mais absurdo do que o que foi publicado, só a pretensão da publicação inglesa de recomendar medidas econômicas ao Governo brasileiro”.

O nível confortável das reservas cambiais, os bons resultados da balança comercial, o crescimento da indústria e o controle inflacionário acima das previsões são, entre outros indícios, motivos mais do que razoáveis, segundo o assessor do Presidente Sarney, para que *The Economist* e os grupos que a publicação representa acreditem mais no Governo brasileiro, ao invés de aderirem a um “catastrofismo sem sentido”.

— O artigo é irresponsável e absurdo. Pode até ser um reflexo dos problemas que o FMI tem enfrentado com a decisão do Governo de Marrocos de romper as negociações com o Fundo — disse o assessor de Sarney. Acrescentou que “se o artigo do *Economist* é uma tentativa de pressionar o Governo brasileiro, ela não vai dar resultados”.

O assessor explica: o Governo Sarney, em vez de “assinar acordos irresponsavelmente como no passado”, quer adotar uma posição “responsável e duradoura”. Segundo ele, de nada adianta promover os cortes desejados pelo FMI e ter que renegociar tudo outra vez, pouco tempo depois.

Outro absurdo do artigo do *Economist*, segundo o assessor do Presidente, foi considerar a posição do Ministro João Sayad “um absurdo *nonsense* populista”. A atual situação da economia brasileira, explica, deveria servir de referencial para que os credores acreditassem mais no Governo.

— Vamos crescer 5%, sem recessão ou sacrifícios insuportáveis. Os credores têm que acreditar no que o Governo está falando. Não será um artigo de semanário econômico que vai mudar a nossa posição — disse o assessor.

Os comentários partidos do “*The Economist*” de que o Brasil estaria subsidiando em excesso alguns segmentos da economia, foram desmentidos ontem por outro assessor do Palácio do Planalto. Generalizar e dizer que o Brasil está subsidiando alimentos e derivados de petróleo é no mínimo uma levandade.

Uma das tabelas que os técnicos brasileiros estão levando para Washington, na segunda-feira, com o fim de explicar ao FMI o desempenho da economia em 1985, trata justamente do nível de preços de alguns produtos vitais para a economia brasileira.

Esses cálculos indicam, por exemplo, que se tomado por base o preço médio do Brasil cotado em Roterдам, a gasolina brasileira está mais cara 20%, o diesel está igual e o óleo combustível (de utilização na indústria) está 10% inferior. O único derivado de petróleo que está realmente subsidiado é o gás de cozinha (GLP) e a explicação, para isso, é o seu grande consumo pelas populações de baixa renda.

A sugestão de o Brasil adotar uma política de combate à inflação semelhante à da Argentina, ironiza o assessor do Palácio do Planalto, revela que a proposta parte de alguém que não é economista ou desconhece totalmente a realidade brasileira. O Brasil não adotou a mesma política, porque não atingiu um nível de inflação de 1000% no período de 12 meses.

O assessor disse que as medidas tomadas pelo Governo brasileiro atingiram o problema na sua estrutura e, tanto isso é verdade, que o país conseguiu reduzir as suas importações de petróleo de um nível superior a 10 bilhões de dólares anuais para pouco mais de 4 bilhões de dólares. Na avaliação desse assessor, a revista se esqueceu ainda de que a evolução da balança comercial brasileira não pode ser comparada com a maior parte das economias do mundo. E citou como exemplo o superávit de 800 milhões de dólares, que evoluiu para 12 bilhões de dólares.